

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aumento dos ministros do STF custará R\$ 3,8 bi por ano

Desse total, R\$ 1,2 bilhão impactará o orçamento da União e R\$ 2,6 bilhões, dos estados

A aprovação do projeto de lei que aumenta em 16,4% o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal não fará bem às contas públicas do país. De acordo com parecer da Comissão de Orçamento do Senado, caso o texto em discussão na Casa seja aprovado, as contas públicas sofrerão impacto de R\$ 3,85 bilhões por ano a partir de 2017. Desse total, R\$ 1,2 bilhão impactará o orçamento da União e R\$ 2,6 bilhões, dos estados.

O parecer foi encomendado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para fomentar o debate do projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O documento mostra uma situação preocupante tanto para a União quanto para os estados, já que o salário dos ministros do Supremo é a base para a fixação da remuneração de todos os servidores públicos.

Ferraço se baseou no parecer para votar contra a aprovação do projeto. O relator da matéria na CCJ, o senador José Maranhão (PMDB-PB), foi favorável ao texto. De acordo com o projeto, os ministros passariam a ganhar R\$ 36,7 mil a partir de 1º de junho deste

ano e R\$ 39,2 mil a partir de 1º de janeiro de 2017. Hoje, ganham R\$ 33,7 mil, já depois de um aumento conseguido em janeiro de 2015.

O projeto é de autoria do Supremo e a justificativa diz que o aumento seria uma reposição “das perdas inflacionárias do período de 2009 a 2015”. No entanto, segundo a Comissão de Orçamento do Senado, o STF não apresentou metodologia de cálculo e nem informou o impacto orçamentário de sua aprovação.

Um dos principais problemas do texto, segundo o parecer, é que ele fará com que pelo menos nove estados fiquem em situação preocupante em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a lei, os estados só podem gastar até 6% de suas receitas correntes com o Judiciário, mas o projeto fará com que sete deles ultrapassem esse limite.

Espírito Santo, estado de Ferraço, já gasta 6,2% de sua receita com o Tribunal de Justiça. Tocantins e Paraíba já ultrapassaram o limite prudencial de 5,7% da receita com seus TJs. Rio de Janeiro, Ceará, Piauí e Maranhão já deixaram o limite de alerta, de 5,4% da receita, para trás.

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Casa da Mulher Brasileira tem média de 14 atendimentos por dia

Em 30 dias de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba atendeu 281 mulheres em situação de violência. Destas, 72 passaram pelo atendimento psicossocial, duas foram acolhidas no alojamento provisório e a brinquedoteca recebeu 13 crianças enquanto as mães eram atendidas. No Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foram entregues 167 intimações de medidas protetivas de afastamento do agressor. Na Defensoria Pública, 25 mulheres formalizaram 33 ações judiciais nas áreas de Família, Criminal e Previdenciário. No total, foram registrados 427 encaminhamentos e atendimentos.

A Casa da Mulher Brasileira, aberta em 15 de junho, é a porta de entrada do atendimento da mulher vítima de violência na capital. Depois de passar pela recepção, onde informa dados pessoais e contatos, ela atendida pelo serviço psicossocial para os devidos encaminhamentos, seja para o Juizado, Defensoria ou



Em 30 dias de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba atendeu 281 mulheres em situação de violência

Ministério Público, dependendo do caso de cada uma. Serviços de apoio como a Patrulha Maria da Penha, assistência social, psicológica e de educadores completam a estrutura, instalada ao lado do Terminal do Cabral, na Avenida Paraná, 870.

Violência física e psicológica foram os tipos de agressões mais comuns registrados no primeiro mês de funcionamento. Muitas ainda sofrem com violência se-

xual. “O efeito e consequência da agressão física é a desestruturação psicológica. As profissionais que atendem essas mulheres são preparadas para se colocar no lugar da vítima. A violência contra a mulher não pode ser entendida como responsabilidade de quem é agredida. Ela deve ser compartilhada com o poder público e com a sociedade”, explicou a secretária da Mulher, Roseli Isidoro.

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo edital não gera direito a empossado em concurso público, diz STJ

O lançamento de um edital depois da distribuição de vagas para aprovados em concurso público não é motivo jurídico para gerar nenhum tipo de direito a eles. O entendimento foi da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao negar o pedido de um servidor empossado no cargo de agente penitenciário para ser lotado em outra cidade.

O colegiado entendeu que que o servidor não tinha direito líquido e certo de ser nomeado na cidade que pretendia, já que a previsão do edital era de opção por regiões e não por municípios específicos.

No caso, o servidor foi nomeado para a unidade prisional de Ituituba (MG), e não Uberlândia (MG), como ele queria. O funcionário público alegou ter sido preterido pelo governo mineiro, pois havia vagas disponíveis em Uberlândia. Sem êxito na Justiça estadual, o agente entrou com recurso em mandado de segurança no STJ.

Para o ministro relator do processo, Herman Benjamin, não houve irregularidades na nomeação. "Houve respeito à regra editalícia, que previu a opção inicial por regiões, e não por unidades prisionais. No momento da nomeação e posse, foram oferecidas as vagas existentes na região escolhida, não havendo vaga para a unidade prisional de Uberlândia, como pretendido pelo embargante", resume o ministro.

ATRASO NA NOMEAÇÃO

A posse do candidato foi atrasada porque, inicialmente, ele foi reprovado no exame médico. Após recurso administrativo e a justificativa de que a reprovação teria sido decorrente de recente cirurgia, a posse foi remarcada. Segundo o autor da ação, este motivo impediu a lotação em Uberlândia, já que quando a nomeação foi efetivada, não havia vagas na localidade.

Posteriormente um novo edital de vagas foi publicado, com oportunidades em Uberlândia, o que abriu margem para o questionamento judicial. Para o agente penitenciário, ele foi preterido em benefício de candidatos com pior classificação.

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal não pode dispensar lista de cotistas em concurso público

Candidatos negros que tentam entrar em vagas do Judiciário pelo regime de cotas devem aparecer sempre em listagem distinta, mesmo quando atingirem pontuação suficiente para figurar na lista de ampla concorrência. Assim entendeu o Conselho Nacional de Justiça, ao determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) publique listas distintas entre candidatos da ampla concorrência e de candidatos negro. Por unanimidade, em julgamento no plenário virtual, o colegiado apontou problemas no 41º concurso para provimento de 133 cargos de juiz do Trabalho substituto. O TRT-2 chegou a reservar 20% das vagas para negros, conforme a Resolução 203/2015, mas pretendia publicar listagem única de aprovados na primeira fase (prova objetiva).

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ condena empresa por uso indevido da marca Insulfilm na venda de veículos

Com base na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que afirma que “a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial”, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou recurso interposto por distribuidora de veículos condenada por uso indevido de marca de película automotiva na venda de automóveis.

O caso envolveu a empresa Insulfilm do Brasil. A distribuidora de veículos difundiu

promoção na qual oferecia aos consumidores a aquisição de automóveis com película escurecedora de vidros, identificada, na publicidade, com a marca Insulfilm, embora o produto utilizado fosse de empresa concorrente.

A distribuidora alegou o fenômeno da degeneração da marca, no qual o termo designativo, após alcançar alto renome, acaba por se confundir com o próprio produto.

Armazém terá de pagar valor equivalente a 438 toneladas de arroz ao BB

Não basta alegar que ocorreu um desastre de força maior para se desvencilhar de uma dívida, é preciso provar — algo que um armazém de Tocantins não conseguiu fazer. Por isso, foi condenado a pagar ao Banco do Brasil o equivalente a 438 mil quilos de arroz que desapareceram do galpão onde o estoque estava armazenado. O contrato de armazenagem entre o depósito a instituição financeira estatal foi firmado em abril de 1995.

Acompanhando o voto do

relator, ministro Luis Felipe Salomão, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reformou decisão do Tribunal de Justiça de Tocantins, apenas para excluir a possibilidade de prisão dos fiéis depositários, mas mantendo a condenação pelo pagamento dos grãos extraviados.

Na ação, movida em 1996, o Banco do Brasil sustentou que requereu o pagamento ou a reposição dos produtos faltantes e não obteve nenhuma manifestação por parte dos fiéis depositários.

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes tentam barrar Lei do Abuso de Autoridade

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) lançou ontem uma petição online para pedir apoio da sociedade e impedir a aprovação do projeto da nova Lei de Abuso de Autoridade, que deve ser votado em agosto no Senado. De acordo com a entidade, o projeto é uma tentativa de intimidar os juizes e criminalizar a atividade judicial.

Até a publicação da repor-

tagem, a petição contava com mais de cinco mil assinaturas de apoiadores, que serão entregues aos 81 senadores.

De acordo com a Ajufe, se a proposta for aprovada como está intimidará os magistrados e outras autoridades que atuam nos casos de corrupção envolvendo “criminosos poderosos”, como as operações Lava Jato e Zelotes.

“Sem um Judiciário in-

dependente, os juizes não podem fazer seu trabalho e ficarão à mercê de poderosos, verdadeiros alvos dessas operações”, argumentou a Ajufe.

PROJETO DE LEI

O PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade, é de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Projeto de lei sobre abuso de autoridade só deve ser votado após o recesso

O projeto de lei que trata da punição para quem cometer abuso de autoridade só deve ser votado em agosto, depois do recesso parlamentar. Trata-se de iniciativa de Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, que tem feito forte articulação política para a aprovação do projeto. A proposta tem recebido críticas de ser considerada uma tentativa de dificultar as investigações da operação “lava jato”.

Em debate nesta terça-feira (12/7) na Comissão da

Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição (CECR) vários senadores criticaram a pressa na apreciação do assunto que, entre outros pontos, define como crimes de abuso de autoridade diversas condutas que tentam impedir ou atrapalhar o exercício de direitos e garantias fundamentais. A intenção do relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), era votar o texto na comissão nesta quarta-feira (13/7).

14 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Filha de servidor morto terá de devolver R\$ 700 mil à União por pensão indevida

Por ver risco de alienação de bens, a 14ª Vara Federal determinou o bloqueio dos imóveis de uma mulher que foi considerada culpada de receber indevidamente valores da União. A corte alertou que, caso ela tentasse transferir a posse dos bens para outra pessoa, isso caracterizaria fraude, e a ré estaria sujeita a sanções civis, processuais e penais adicionais.

Além disso, determinou que ela restitua o erário em R\$ 700 mil, referentes a valores recebidos entre setembro de 2010 e janeiro de 2014.

A condenada passou a receber a pensão após a morte, em 1978, de seu pai, que era servidor do Tribunal de Contas da União. A época, estava vigente a Lei 3.373/1958, que estabelecia a possibilidade de filha maior de 21 anos, solteira, que não ocupasse cargo público permanente, ser beneficiária de uma pensão.

14 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Sem transparência

**Sob alegações frágeis,
Judiciário compromete sua
credibilidade ao permitir
sigilo para cachês pagos por
palestras de magistrados**

Do descrédito geral que engolfou o Executivo e o Legislativo, o Judiciário emergiu não apenas como instituição comparativamente ileso de suspeitas, mas também como instrumento decisivo para a regeneração do quadro de dissolução de comportamentos instituído na democracia brasileira.

Sua cúpula, entretanto, parece ter-se dedicado nos últimos dias a desencorajar expectativas tão ambiciosas. Quando trata de defender os seus, o que o Poder dá mostras, para ficar na superfície visível, é de pequenez.

Não bastou, nos últimos dias, a abusiva determinação da presidência do STF no sentido de identificar os responsáveis pelos “pixulekos” que ironizavam seu ocupante, o ministro Ricardo Lewandowski, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

De forma policialesca, rompia-se ali com o princípio constitucional da liberdade de expressão, tentando abafar a crítica das ruas, expressa por meio de bonecos infláveis que, afinal, já haviam satirizado outros personagens públicos sem que ninguém se animasse à pomposa, caricata e apoplética tolice da ameaça judicial.

Mas ninguém precisa censurar “pixulekos” para sair desmoraliz-

zado quando por si mesmo se encarrega de proteger interesses financeiros que obviamente comprometem a independência requerida de um juiz.

A opinião pública se vê informada, com efeito, de que juizes, desembargadores, ministros das altas cortes do país recebem cachês para palestras — pagos por administrações estaduais, associações e empresas privadas, não poucas com causas a tramitar na Justiça.

Eis que o Conselho Nacional de Justiça, cuja presidência cabe a Lewandowski, decide derrubar a proposta de que sejam tornados públicos os montantes recebidos em troca das exposições — agora equiparadas, numa pirueta interpretativa, à atividade de magistério.

Argumentou-se, conforme relato do jornal “Valor Econômico”, que era preciso resguardar a intimidade e a segurança dos magistrados.

Depois de receber as verbas, cujo valor se desconhece, os magistrados não estarão compelidos a declarar automaticamente sua suspeição no julgamento de casos que envolvam as fontes pagadoras.

A ironia, uma das muitas do caso, é que figuras como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e seu célebre instituto, veem-se sob suspeita exatamente por terem recebido recursos de construtoras a título de palestras proferidas.

Risco à segurança, argumenta o CNJ. Risco de desmoralização? Não, nunca. Este vem dos “pixulekos”. Quanto aos pixulés, na gíria para gorjeta, que fiquem em sigilo.

Para agilizar delação, Lava Jato quer lista de obras sem propina

Ideia de anexos negativos, em discussão com Odebrecht, é evitar perda de tempo de investigadores da operação

Se forem verificadas irregularidades em contratos isentados por delatores, plano é que eles respondam por isso

BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

A negociação do acordo de delação premiada dos executivos da Odebrecht com a PGR (Procuradoria Geral da República) e a força-tarefa da Lava Jato de Curitiba deve ter uma novidade em relação às demais colaborações firmadas até agora, os chamados anexos negativos.

Além de listar e detalhar os temas e as situações em que houve irregularidades envolvendo contratos com o poder público, há grande possibilidade de os executivos da Odebrecht que firmarem colaboração também terem que apontar situações em que não houve pagamento de propina.

Segundo procuradores da PGR ouvidos pela **Folha**, a ideia é que os anexos negativos tragam agilidade ao trabalho, à medida que os investigadores não perderão tempo apurando informações de contratos onde não teria havido irregularidade.

Outro fator que pesou na decisão da PGR para adotar o novo formato foi o grande número de funcionários da Odebrecht, que hoje está na casa de 160 mil, incluindo todas as empresas do grupo.

Além disso, se aparecerem crimes ou algum tipo de ilici-

tude em situações em que o delator disse não haver problemas, ele terá que responder por isso.

Membros da força-tarefa de Curitiba, que participam das negociações relativas ao acordo de leniência, uma espécie de delação premiada de pessoa jurídica, afirmaram à reportagem que nunca viram a aplicação de anexos negativos nas colaborações feitas até hoje, mas vêm sentido no método devido ao tamanho da Odebrecht.

Eles argumentam que seria impossível tomar os depoimentos de todos os funcionários para se certificar de que em determinado fato não houve crime ou envolvimento da empresa.

O assunto foi citado em reuniões iniciais que os procuradores tiveram com advogados da Odebrecht, mas nas últimas conversas não voltou a ser mencionado, o que fez envolvidos na negociação acreditarem que a ideia dos anexos negativos pode não prosseguir.

O advogado Marcelo Leo-

nardo, que está à frente de negociações com os procuradores em nome da empreiteira Mendes Júnior não quis comentar as negociações, mas admitiu que “os anexos negativos estão fazendo parte das negociações”.

No entanto, representantes da OAS, que também está na corrida para firmar delação premiada e acordo de leniência desde o início do ano, disseram que até o momento o assunto não foi colocado à mesa de negociação.

CRÍTICAS

Cinco advogados ouvidos pela **Folha** e que já celebraram colaborações com os procuradores afirmaram nunca terem feito anexos negativos nem ouvido falar do assunto.

Figueiredo Basto, que firmou cerca de dez acordos, entre eles o doleiro Alberto Youssef e do senador cassado Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), também relatou nunca ter visto tal iniciativa.

“Nunca fiz isso nas delações que negocieei. É uma inovação e pode ser válida para uma empresa das dimensões da Odebrecht, mas englobar todas as atividades realizadas pelo grupo me parece desproporcional”, disse ele.

O criminalista disse ainda que os acordos “não devem se tornar uma devassa” e que uma omissão não pode prejudicar toda a colaboração.

“Se a pessoa omitiu um fato, deve ser processada, mas isso tem que acontecer fora do escopo do acordo”, defendeu Basto.

“**Pode ser válida para empresa das dimensões da Odebrecht, mas englobar todas as atividades parece desproporcional**”

FIGUEIREDO BASTO
Advogado criminalista

14 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Filha de ministro da Saúde tenta manter dinastia no Paraná

Maria Victória, 24, caçula de Ricardo Barros (PP), quer ser prefeita de Curitiba com discurso de renovação

Família está na política há 60 anos; próximo projeto dos Barros é eleger a mãe dela para governadora em 2018

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, tem três filhas. Mas é a mais nova, Maria Victória Borghetti Barros, que ele chama de “o menininho do pai”, porque foi a única que seguiu a carreira política.

Agora, aos 24 anos e filiada ao PP, a deputada estadual quer ser prefeita de Curitiba, seguindo a trajetória do pai e da mãe, a vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti (PP) —consolidando um poderoso grupo político local.

“Não tem essa coisa de família. Quem vota são as pessoas. Elas que escolhem. E votam porque comprovamos que trabalhamos por elas”, diz Victória à **Folha**.

A jovem já lançou a pré-campanha: o lema é “Fique com o novo”, referência à sua juventude, ainda que venha de uma família que está há quase 60 anos na política.

O pai, ex-prefeito de Maringá, foi deputado federal por cinco mandatos e é conhecido como articulador político.

Filiado ao PP, foi líder dos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), era da base de Dilma Rousseff e, ainda

assim, virou ministro de Michel Temer (PMDB).

“Nós nunca criticamos ninguém. É proibido”, diz, sobre sua estratégia eleitoral. “O adversário de hoje é o aliado de amanhã. Isso é política.”

Para formar suas alianças, que diz já ter costurado “até 2018”, com vistas à candidatura de Cida Borghetti ao governo do Paraná, Barros afirma usar um recurso simples: cumprir o que promete.

“Tudo o que eu combino, eu cumpro”, diz. Não é loteamento, segundo ele: “É coalizão. Carrega uma bandeira na eleição e depois ajuda a executar. Senão, não tem sentido. Qual a motivação?”

O pragmatismo é um lema para Barros, que também é filho de ex-prefeito: seu pai, Silvio Barros, comandou a Prefeitura de Maringá nos anos 1970. Hoje, seu irmão, Silvio Barros II (PP), é favorito para retomar o posto —que já ocupou por dois mandatos.

A família rechaça a tese de oligarquia. “Baseado em quê? No voto democrático e secreto das pessoas?”, questiona Barros. “Nós fazemos vestibular a cada quatro anos”.

Maria Victória também não gosta da crítica. “Filho de médico pode ser médico, de dentista também. Qual o preconceito com políticos?”

Para ela, a família continua na estrada porque faz “a boa política”, que traz resultados para os eleitores.

A passagem de Barros pela Prefeitura (1989-1993) rendeu a ele investigações. Ele é alvo de inquérito no STF que apura suposto direcionamento em licitação de publicidade da prefeitura.

Também sofre investigação por supostas irregularidades na licitação para compra de equipamentos e outro por concessão de incentivos fiscais considerados ilegais. O ministro nega as acusações.

Nas investigações da Lava Jato, foi citado pontualmente, apesar de ser do PP, partido com o maior número de implicados no escândalo.

Aparece em planilhas da empreiteira Odebrecht de supostos financiamentos a políticos. O ministro afirma que não foi citado como beneficiário dos recursos.

CONTINUA

14 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

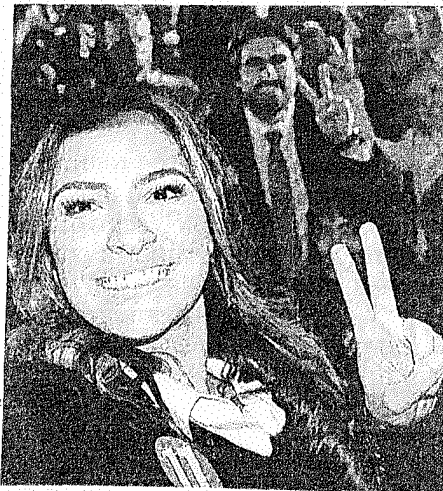
NOSTALGIA

Deputada há dois anos, Victória vive com uma lista de coisas a fazer. Risca uma a uma ao longo do dia. É “obstinada”, segundo o pai.

Ela diz ter aprendido a ser independente: na época do impeachment de Dilma, foi a primeira a confrontar o pai e defender que o PP votasse a favor da saída da petista.

Para montar o plano de governo, foi ouvir os conselhos do urbanista Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba e amigo da família. “Curitiba sempre foi de vanguarda. Queremos retomar isso”, diz Victória.

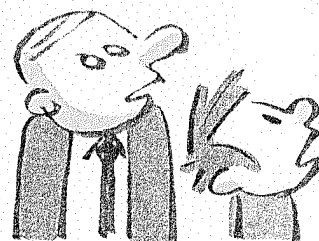
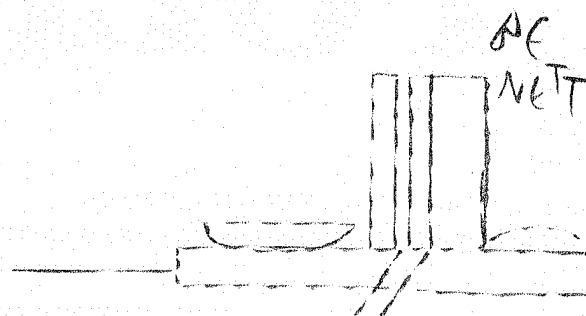
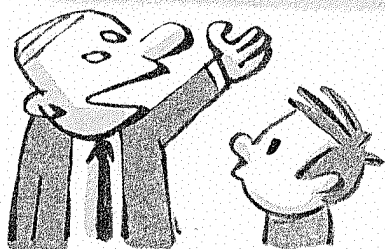
Hoje, a deputada tem cerca de 3% de intenção de voto nas pesquisas. Por enquanto, os favoritos são o atual prefeito, Gustavo Fruet (PDT), e o secretário estadual Ratinho Junior (PSD).



**A deputada estadual Maria Victória Barros,
que quer concorrer à Prefeitura de Curitiba**

14 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO



É UM HOLOGRAMA, PAPAÍ...

14 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Justiça e política

Ives Gandra tem razão: o STF não pode transformar o seu poder técnico em poder político (“O papel do Supremo Tribunal Federal”, “Tendências/Debates”, 12/7). Às vezes, a atuação pragmática da corte revela um ímpeto ativista para além dos limites republicanos e democráticos previstos na Constituição. Se assim age o STF, natural que outras instâncias do Judiciário se sintam motivadas a fazer o mesmo, decidindo com base em conveniências político-ideológicas. Seria acaciano afirmar que isso não é correto, já que enfraquece a força normativa da Constituição que nos rege.

GLAUCO GUMERATO RAMOS, vice-presidente para o Brasil do Instituto Panamericano de Derecho Procesal e diretor de relações internacionais da ABDPro (Jundiaí, SP)

FOLHA DE S. PAULO

O papel do Supremo Tribunal Federal

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O protagonismo crescente do STF resulta em insegurança jurídica, visto que contra a invasão de competências não há a quem recorrer

12 JUL 2016

Tive a oportunidade, durante os trabalhos constituintes e a preparação dos comentários à Constituição, com meu saudoso colega Celso Bastos, de participar de audiências públicas e de discutir com numerosos constituintes a necessidade de independência dos Poderes, com autonomia assegurada para suas funções.

Em palestras, programas de televisão e rádio, artigos para jornais, estudos doutrinários e, principalmente, nos contatos com Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, foise conformando minha opinião sobre o novo modelo de lei maior e o perfil dos três Poderes.

Asseguradas pelo artigo segundo da Constituição, a autonomia e a independência foram respeitadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) durante vários anos, até que uma rápida modificação da composição da corte, em poucos meses, alterou esse posicionamento.

A partir de 2003, com os presidentes do PT, chegaram à suprema corte inúmeros ministros —hoje, oito dos 11 magistrados foram indicados por petistas.

Desde que lá sustentei pela primeira vez, em 1962, o Supremo não sofrera mudanças bruscas, de tal maneira que qualquer novo integrante adaptava-se rapidamente ao espírito próprio do colegiado, prestigiando sua jurisprudência. Dizia-se, então, que a Justiça fazia-se nas instâncias inferiores, cabendo ao Pretório Excelso dar estabilidade às instituições.

Por essa razão, sempre foi uma corte de legisladores negativos, ou seja, voltada a não dar curso às leis inconstitucionais, respeitando os Poderes políticos em sua função legislativa. De resto, foi o que ficou definido no artigo 103 da Lei Suprema —tanto que, nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, quando o Congresso omite-se

inconstitucionalmente, não pode a suprema corte legislar, mas apenas solicitar ao Poder Legislativo que produza a norma.

A rápida mudança, todavia, de sua composição e a introdução da TV Justiça, que permitiu o acesso de círculos não jurídicos às discussões nos tribunais, tornaram o STF um protagonista além de suas próprias fronteiras, passando de legislador negativo para positivo.

Assim, legislou sobre fidelidade partidária, eleição de candidatos derrotados para substituir governadores afastados, alargamento de hipóteses de união estável para pessoas do mesmo sexo, instituição da impunidade para o aborto eugênico, culpabilidade sem trânsito em julgado, com encarceramento nas ações penais antes da decisão final, assunção de funções exclusivas do Legislativo para afastamento de parlamentares e definição de regimentos internos do Legislativo, quando o seu próprio regimento interno é intocável, além de outras intervenções normativas de menor impacto.

Tenho, reiteradamente, declarado admiração aos 11 ministros da suprema corte, mas nem por isso, muito mais velho que eles, sinto-me confortável em vê-los, poder técnico que são, transformarem-se em poder político.

Creio que esse protagonismo crescente resulta em insegurança jurídica e, ao invés de ser, como era no passado, uma corte que garantia a estabilidade das instituições, por mais que sua intenção seja essa, termina por trazer um nível de instabilidade maior, visto que contra a lei inconstitucional pode-se recorrer ao Judiciário, mas contra a invasão de competências não há a quem recorrer.

Creio que valeria a pena a reflexão, não só por parte dos eminentes juristas que compõem a máxima instância mas também de pro-

fessores, doutrinadores e operadores de direito, sobre se o momento não é de retornar-se a efetiva autonomia e independência dos Poderes, nenhum deles invadindo seara alheia, valorizando-se, assim, o artigo segundo da Lei Suprema.

Para mim, o Supremo não é um “legislador constituinte”, mas, pelo artigo 102, exclusivamente um guardião da Carta da República.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 81, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

14 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Rodrigo Maia derrota candidato de Temer e é o novo presidente da Câmara dos Deputados

Com 62% dos votos, deputado do DEM superou Rogério Rosso, do PSD, que tinha apoio do 'Centrão' e do governo de Michel Temer

BRASÍLIA
Agência O Globo

● O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) é o novo presidente da Câmara. Ele foi eleito no segundo turno da votação com 285 votos, derrotando o candidato do PSD, Rogério Rosso (DF), que recebeu 170. Maia também venceu o primeiro turno com 120 votos contra 106 de Rosso. Ele se torna o segundo na linha sucessória da Presidência da República e poderá assumir o cargo em caso de viagem do presidente interino Michel Temer (PMDB).

Antes mesmo da votação, o candidato do PSD reconheceu que estava em desvanta-

gem e previu uma derrota por 30 a 40 votos, apesar de ter recebido o apoio do PP. Além de PSDB, DEM, PSB e PFS, o candidato do DEM recebeu o apoio no segundo turno do PR, que tem 43 deputados, PCdoB, PDT e PTN, além das bancadas do PMDB do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e do candidato derrotado do partido, Marcelo Castro, que recebeu 70 votos.

O PMDB, maior partido na Câmara, decidiu liberar a bancada. O PT, que tem 58 parlamentares, também. A legenda apostava na vitória de Castro, ex-ministro do governo Dilma Rousseff.

Ex-líder do PFL e ex-presidente do DEM, Maia fez oposição ferrenha aos governos Lula e Dilma e não tinha trânsito na Câmara nas gestões petistas. Cotado para ser líder do governo Temer na Câmara, ele acabou preterido por André Moura (PSC-SE), que teve o apoio de Cunha e dos partidos do "Centrão". Filho do ex-prefeito do Rio Cesar Maia, ele é casado com Patrícia Vasconcelos,

enteada de Moreira Franco, assessor especial de privatizações do governo Temer.

No discurso antes da votação no segundo turno, o deputado do DEM foi aplaudido ao defender que, caso eleito, governará junto com os outros 512 parlamentares. "Podem ter certeza: se eu sentar naquela cadeira, serei um de 513. Vamos governar essa casa juntos."

Orgulho da profissão

Maia defendeu também o fim do "império dos líderes" e que se dê mais espaço aos demais parlamentares. "Vamos trabalhar para acabar com o império dos líderes. Eles são fundamentais, mas não são os únicos com direito a palavra."

Ele disse ainda que quer fazer com que os deputados voltem a se orgulhar da profissão que escolheram, e que, para isso, é preciso uma Câmara forte. "Está faltando uma Câmara dos Deputados forte, que nos orgulhemos de usar esse broche, que pasamos a ter vergonha para não sermos vaiados na rua."

CONTINUA

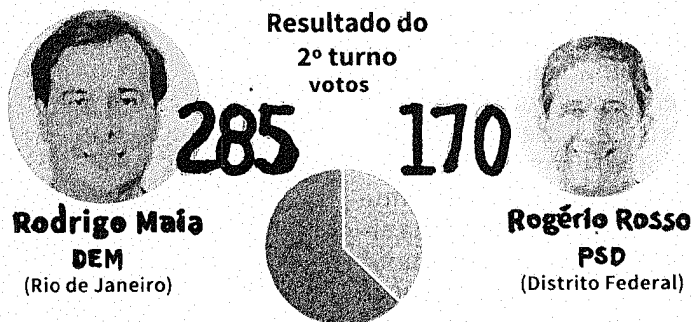
14 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ELEITO

O deputado federal Rodrigo Maia foi eleito para comandar a Câmara em um mandato-tampão até fevereiro de 2017.



Resultado do 1º turno		votos
Rodrigo Maia	DEM-RJ	120
Rogério Rosso	PSD-DF	106
Marcelo Castro	PMDB-PI	70
Giacobo	PR-PR	59
Espiridião Amin	PP-SC	36
Erundina	PSOL-SP	22
Fábio Ramalho	PMDB-MG	18
Orlando Silva	PCdoB-SP	16
Cristiane Brasil	PTB-RJ	13
Carlos Henrique Gaguim	PTN-TO	13
Carlos Manato	SD-ES	10
Miro Teixeira	REDE-RJ	6
Evair Viera de Melo	PV-ES	5

Fonte: Câmara dos Deputados. Infografia: Gazeta do Povo.

“Prometo uma Câmara dos Deputados forte, que nos orgulhemos dos atos. Um presidente não defende seus pontos de vista, coordena os trabalhos da Casa e ideias que nascem de cada um de nós.”

Rodrigo Maia (DEM-RJ), novo presidente da Câmara dos Deputados.

14 JUL 2016

GAZETA DO POVO

VERISSIMO Símbolos

A moeda desvalorizou-se tanto na Alemanha pré-nazista que, se dizia, era preciso um carrinho de mão cheio de dinheiro para comprar um pão. A imagem ficou e hoje, quando se quer dar uma ideia da economia alemã na época, evoca-se o carrinho de mão como uma espécie de símbolo do caos. Daria para imaginar como era o trânsito nas ruas, com os constantes engarrafamentos de carrinhos de mão empurrados por *fraus* impacientes indo às compras. E voltando para casa com os carrinhos vazios, pois mesmo um carrinho abarrotado de notas não comprava muita coisa.

No Brasil acontece coisa (mais ou menos) parecida. Há dias ficamos sabendo que faltam tornozeleiras eletrônicas no país. Esgotou-se o estoque do dispositivo, se é que cabe o termo, que a Polícia Federal usa para rastrear os indiciados e os suspeitos e evitar que eles se mandem do Brasil ou simplesmente desapareçam das telas. Não sei se as tornozeleiras são fabricadas aqui ou se são importadas, mas tem gente enriquecendo com elas como os fabricantes de carrinhos de mão na Alemanha arruinada. Com a diferença de que lá os carrinhos simbolizavam uma crise econômica, e aqui a falta de tornozeleiras simboliza uma crise moral.

Há mais investigados pela Polícia Federal em liberdade condicional do que tornozeleiras para localizá-los. Ter tornozeleira enquanto outros estão na fila de espera pode até ser um sinal de status. Quem se queixar de não ter a sua pode muito bem ouvir como resposta: "Desculpe, estamos em falta. Mas assim que vagar uma o senhor será notificado".

E ouvi dizer que em Brasília muita gente já incorporou a tornozeleira aos seus hábitos sociais.

"Precisamos marcar um almoço um dia desses!"

"Claro. Minha tornozeleira ligará para a sua."

Não sei se a falta de tornozeleiras já foi sanada. De qualquer maneira, nenhum outro país do mundo terá tido uma experiência igual. Mais um título mundial!



GAZETA DO POVO

● JUDICIÁRIO

Ex-juiz da Zelotes vai julgarção contra Lula

● O Tribunal Regional Federal da 1ª Região definiu ontem que o juiz Ricardo Leite, que protagonizou polêmica na Operação Zelotes, será responsável por avaliar a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por suposto envolvimento numa trama para comprar o silêncio e evitar a delação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

O juiz será responsável por aceitar ou não a acusação e decidir se transformará Lula e os outros acusados em réus por tentativa de obstrução de Justiça. A escolha do juiz foi por distribuição automática.

Leite atuou como o primeiro juiz na Zelotes, que apura esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão responsável por julgar os autos de infração da Receita.

Ele foi alvo de um embate com procuradores que o acusaram de atrapalhar o caso e entraram com uma ação pedindo que o magistrado deixasse a operação porque várias decisões judiciais dificultaram a obtenção de provas.

A denúncia contra Lula tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) porque também envolve o ex-senador Delcídio do Amaral. Por decisão do ministro do STF Teori Zavascki, a acusação foi enviada para a Justiça Federal no Distrito Federal.

Em depoimento, Lula disse que jamais discutiu com Delcídio a tentativa de obstruir a delação de Cerveró.

14 JUL 2016

14 JUL 2016

GAZETA DO POVO

ABUSO DE AUTORIDADE

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) lançou ontem uma petição on-line contra o projeto de lei do Senado que muda as regras atuais da Lei de abuso de autoridade. A petição consta do domínio Avaaz e será entregue a todos os 81 senadores. O relator do projeto é o senador Romero Jucá (PMDB/RR). Alvo da Operação Lava Jato, Jucá caiu no grampo do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado supostamente tramando contra a investigação que derrubou o esquema de propinas instalado na Petrobras entre 2004 e 2014. Para a Associação, "alguns artigos da proposta criminalizam diretamente a atividade judicial, abrindo a possibilidade de punição ao juiz pelo simples fato de interpretar a lei".

JORNAL DO ÔNIBUS

Casa da Mulher
Brasileira em
Curitiba atende
14 por dia

14 JUL 2016

Casa da Mulher Brasileira atende 14 vítimas por dia

Espaço em Curitiba está em funcionamento há 30 dias



A estrutura moderna atende às mulheres vítimas de violência

Em 30 dias de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba atendeu 281 mulheres em situação de violência. Destas, 72 passaram pelo atendimento psicossocial, duas foram acolhidas no alojamento provisório e a brinquedoteca recebeu 13 crianças enquanto as mães eram atendidas. No Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foram entregues 167 intimações de medidas protetivas de afastamento do agressor. Na Defensoria Pública, 25 mulheres formalizaram 33 ações judiciais nas áreas de Família, Criminal e Previdenciário. No total, foram registrados 427 encaminhamentos e atendimentos.

A Casa da Mulher Brasileira, aberta em 15 de junho, é a porta de entrada do atendimento da mulher vítima de violência na capital. Depois de passar pela recepção, onde informa dados pessoais e contatos, ela é atendida pelo serviço psicossocial para os devidos encaminhamentos. Serviços de apoio como a Patrulha Maria da Penha, assistência social, psicológica e de educadores completam a estrutura, instalada ao lado do Terminal do Cabral, na Avenida Paraná, 870. ●

14 JUL 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Mais de 8,5 mil casamentos homoafetivos foram realizados

Mais de 8,5 mil casamentos homoafetivos foram realizados em todo o país até o fim de 2014, após a entrada em vigor de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proíbe os cartórios de se recusarem a converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

“Desde a vigência da resolução [maio de 2013] até o final de 2014, 8.555 casamentos entre cônjuges do mesmo sexo já foram registrados em cartórios em todo o país”, informou nesta quarta-feira (13) o CNJ. Os dados referentes a 2015 devem ser divulgados pelo IBGE até o fim deste ano. ■

14 JUL 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Punição a Greca

O advogado Walber Agra, coordenador jurídico da campanha do pré-candidato Rafael Greca (PMN) à Prefeitura de Curitiba, disse estar "incrédulo" com a decisão liminar do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná que determina a retirada do ar de perfis da rede social Facebook, referentes aos movimentos "Volta Curitiba" e "Volta Greca". A decisão respondeu a ação do Diretório Municipal do PDT, partido do atual prefeito Gustavo Fruet.

Cachoeira e Assad na prisão

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou hoje (13) recurso contra a decisão que concedeu liberdade aos empresários Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, e Adir Assad, ambos investigados na Operação Saqueador, da Polícia Federal. Os acusados estavam presos no Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio de Janeiro, mas foram soltos na madrugada de segunda-feira (11), por decisão do ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Juiz da Zelotes

O juiz federal Ricardo Soares Leite, primeiro magistrado a atuar na Operação Zelotes, vai relatar o inquérito em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-senador Delcídio do Amaral são acusados de tentar impedir o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró de assinar acordo de delação premiada com a força-tarefa de investigadores da Operação Lava Jato.

TRIBUNA DO PARANÁ

343 CRIMES

Em denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pede que o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) seja condenado por 18 atos de corrupção passiva e 321 de lavagem de dinheiro por envolvimento em desvio de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal. Além da condenação pelos supostos crimes praticados, a denúncia, requer a perda da função pública e do mandato do parlamentar. A peça é mantida em sigilo.

14 JUL 2016

Justiça **BEMPARANÁ**

Curitiba ganha Vara especializada em Saúde

Curitiba e Porto Alegre já têm cinco varas federais especializadas em matéria de saúde funcionando, as primeiras do Judiciário Federal brasileiro. A 3ª Vara Federal da capital paranaense e as 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Varas Federais da capital gaúcha passam a julgar todas as ações sobre a matéria que ingressam nas subseções. No Rio Grande do Sul, as quatro unidades também têm competência regionalizada para receber os processos de saúde provenientes das cidades de Canoas e Gravataí, sejam de Justiça comum ou dos Juizados Especiais Federais (JEFs). As unidades mantêm a competência cível e, também, a exclusiva em matéria de saúde.

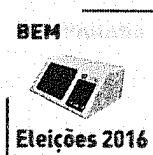
14 JUL 2016

BEMPARANÁ

Pré-campanha

Justiça manda tirar páginas pró-Greca do ar

A Justiça Eleitoral de terminou, ontem, a imediata retirada do



ar de três páginas da rede social Facebook que estariam promovendo a pré-candidatura de Rafael Greca (PMN) à prefeitura de Curitiba. A decisão atende a ação do Diretório Municipal do PDT do atual prefeito Gustavo Fruet. A Justiça estabeleceu multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da ordem.

Segundo o PDT, o juiz Lourival Pedro Chemin determinou também a quebra dos sigilos dos IPs (identificação dos equipamentos) dos responsáveis pelas páginas "Volta Curitiba", "Volta Greca" e "Volta Greca 2016". O magistrado quer ainda saber quantas e quais foram as postagens patrocinadas nestas páginas, quem pagou e o valor investido. Na semana passada, o PDT já havia obtido decisões judiciais contra Greca por distribuição antecipada.

O advogado Walber Agra, coordenador jurídico da campanha do pré-candidato disse estar "incrédulo" com a decisão liminar do Tribunal Regional Eleitoral do

Paraná que determina a retirada do ar de perfis da rede social Facebook.

Segundo Agra, mesmo cumprindo com "todos os rigores da legislação eleitoral vigente, "existe um claro movimento de cercear a candidatura de Greca". O advogado afirma que o artigo 36-A da Lei Eleitoral, que dispõe sobre propaganda eleitoral, permite "apologia a pretensas candidaturas", mas haveria uma "tentativa de levar o juízo a erro, com base em fatos novos e com recurso expressamente impedido pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral". Para Agra, a decisão fere o direito da liberdade de expressão.

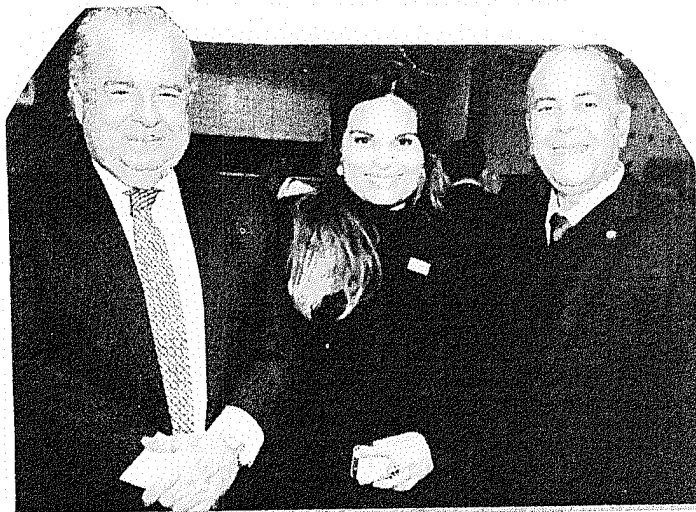
"O que a Justiça Eleitoral tem que decidir de forma peremptória é se cumpre ou não a legislação eleitoral, pois dois juízes, responsáveis pela propaganda, têm opiniões distintas", afirma o advogado.

"O que não pode haver é um estado de insegurança onde a Prefeitura de Curitiba faz ostensivamente propaganda institucional velada, e de forma expressa quer calar as vozes dissidentes como se ditadura fosse", diz Agra.

14 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



Criminalistas em Curitiba

No VII Encontro Brasileiro dos Advogados Criminalistas, promovido pela Abracrim, em Curitiba, a presença da advogada londrinense Gabriela Silva, com os advogados José Roberto Batóchio e Elias Mattar Assad, que é o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas. Do evento participaram advogados de diversas partes do Brasil. Entre eles, além de José Roberto Batóchio, lá estiveram Técio Lins e Silva, Luiz Flávio D'Urso, Lenio Streck, Juarez Tavares, Juarez Cirino dos Santos e Osvaldo Serrão, nomes famosos da advocacia brasileira. Também houve bonita homenagem póstuma ao doutor Mauro Viotto, com a entrega de uma placa que será fixada brevemente em sua sepultura. Ao final, a Abracrim, lançou a Carta de Curitiba aos Advogados Criminalistas".